



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRESIDÊNCIA

Ref.: Protocolo PAE n.º 247/2022.

DECISÃO

1. Considerando as informações contidas nos autos deste processo administrativo, e acolhendo o parecer da Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência (Parecer nº 36/2022-APRES), ratifico a decisão exarada pela Diretoria-Geral nos presentes autos que, por inexigibilidade de licitação, autorizou a contratação do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE (CNPJ nº 08.081.051/0001-05), do município de Touros/RN, até o final deste exercício financeiro, a fim de atender às necessidades deste Tribunal no que concerne ao abastecimento de água e a coleta de esgoto do imóvel que abriga o Cartório Eleitoral de Touros/RN, pelo valor estimado de **R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais)**, com fundamento nos arts. 25 e 26 da Lei nº 8.666/1993¹.
2. Desta forma, determino a emissão de nota de empenho para atender a despesa, no valor indicado pela Seção de Planejamento Orçamentário e Financeiro (fls. 10/11), condicionado à disponibilidade orçamentária.
3. Encaminhe-se os autos à Seção de Licitações e Contratos–SELIC/COLIC/SAOF, para as providências cabíveis, inclusive a publicação do extrato de inexigibilidade de licitação na imprensa oficial, como condição para a eficácia do ato, nos termos do que dispõe o art. 26, da Lei nº 8.666/93.
4. Por fim, encaminhe-se à Seção de Execução Orçamentária e Financeira (SEOF/COFIN/SAOF) para a emissão da nota de empenho e o seu devido pagamento, além da adoção das demais providências cabíveis.

Natal, 21 de janeiro de 2022.

Desembargador **Gilson Barbosa**
Presidente

¹ Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:
[...]

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
ASSESSORIA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA DA PRESIDÊNCIA

PARECER N° 36/2022-APRES

Ref.: Protocolo PAE n.º 247/2022.

Inexigibilidade de licitação. Serviço Autônomo de Águas e Esgotos – SAAE. Município de Touros/RN. Fornecedor exclusivo. Contratação direta autorizada pela Diretoria-Geral. Ratificação do ato pela Presidência. Possibilidade. Lei nº. 8.666/93.

1. Trata-se de solicitação para a contratação do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, do Município de Touros/RN, o qual atende ao Cartório Eleitoral da 14ª Zona, com sede no referido município, conforme a solicitação contida no Memorando nº 05/SECOP/COADI (fl. 8).

2. No expediente acima mencionado, a Seção de Conservação Predial solicitou a adoção das providências necessárias à emissão de nota de empenho estimativo, no valor de **R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais)**, para atender às despesas com abastecimento de água, no exercício 2022, referente ao imóvel que abriga o Cartório Eleitoral de Touros – 14ª ZE.

3. Foram juntadas as certidões de fls. 3/7, demonstrando a regularidade administrativa e fiscal do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, do Município de Touros/RN.

4. Posteriormente, a Seção de Planejamento Orçamentário e Financeiro informou que foi realizada a reserva orçamentária, conforme informação de fls. 10/11.

5. A Seção de Licitações e Contratos emitiu a Informação nº 10/2022-SELIC (fl. 13) por meio da qual enquadra a contratação como Inexigível de Licitação, com fundamento no art. 25, *caput*, da Lei 8.666/93. Na oportunidade, argumentou que o contrato firmado entre este Tribunal e o SAAE-Touros/RN “*possui características de contrato de adesão, tendo em vista a natureza do serviço público prestado pela mencionada empresa, razão pela qual este Tribunal tem se limitado a emitir anualmente nota de empenho para atender a essa contratação*”.

6. A Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral expediu o Parecer nº 50/2022-AJDG (fls. 14/15) concluindo pela contratação, por meio de inexigibilidade de licitação, do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, do município de Touros/RN, até o final deste exercício financeiro, a fim de atender às necessidades deste Tribunal no que concerne ao abastecimento de água e a coleta de esgoto do imóvel que abriga o Cartório Eleitoral de Touros/RN, com fundamento no art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93.

7. Destarte, o Senhor Diretor-Geral substituto autorizou a contratação do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE (CNPJ nº 08.081.051/0001-05), até o final deste exercício financeiro, a fim de atender às necessidades deste Tribunal no que concerne ao abastecimento de água e a coleta de esgoto do imóvel que abriga o Cartório Eleitoral de Touros/RN, conforme a Decisão de fl. 16.

8. É o relatório. Passa-se a opinar.

9. Cinge-se o objeto dos presentes autos na análise da contratação, por inexigibilidade de licitação, do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE (CNPJ nº 08.081.051/0001-05), do município de Touros/RN, até o final deste exercício financeiro, a fim de atender às necessidades deste Tribunal no que concerne ao abastecimento de água e a coleta de esgoto do imóvel que abriga o Cartório Eleitoral de Touros/RN.

10. Desta forma, no que concerne à contratação em questão, trata-se de hipótese em que a Administração Pública se situa na qualidade de usuária ou consumidora de serviço público, em condição de igualdade como qualquer outro usuário, vinculada por meio do contrato de adesão e de consumo, em que as regras são predominantemente privadas.

11. No caso em exame, a Seção de Licitações e Contratos posicionou-se pela autorização da contratação por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/1993, diante da inviabilidade de competição, uma vez que a empresa é a única prestadora apta a fornecer tais serviços, hipótese em que se aplica à instrução dos autos, as exigências do art. 26 da mesma norma, cujo teor segue abaixo transscrito:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[...]

Art. 26. [...]

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos: [...]

[...]

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço;

[...]

12. Além disso, consta nos autos as informações de que o Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE (CNPJ nº 08.081.051/0001-05) do município de Touros/RN presta os serviços sob o regime de monopólio (fl. 14), ocorrendo, portanto, a inviabilidade de competição no caso em exame, demonstrando a possibilidade da contratação por inexigibilidade de licitação, nos moldes delineados pelo art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93.

13. Diante do exposto, esta Assessoria opina pela possibilidade de ratificação do ato administrativo exarado pelo Senhor Diretor-Geral substituto, à fl. 16, nos termos do que dispõem os arts. 25 e 26, da Lei nº 8.666/1993.

É o parecer.

Natal/RN, 20 de janeiro de 2022.

Valdeir Mário Pereira
Assistente III da APRES

De acordo. À consideração do Excelentíssimo Desembargador Presidente deste Tribunal.

Rafael Vale Bezerra
Assessor Jurídico-Administrativo da Presidência

Despacho

1. Considerando o disposto na Portaria nº 304/2015-GP, que delegou ao Diretor-Geral da Secretaria deste Tribunal competência para o exercício da função de Ordenador de Despesas, e acolhendo o Parecer nº 50 /2022-AJDG, AUTORIZO, condicionado a disponibilidade orçamentária, a emissão de nota de empenho estimativo, no valor de R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais), em favor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Touros/RN, a fim de atender as despesas com o abastecimento de água do prédio que abriga o Cartório da 14ª Zona Eleitoral, durante o exercício de 2022.

2. A providência acima indicada deverá ser adotada independentemente da comprovação da regularidade fiscal do referido órgão, com amparo nas Decisões do TCU nº. 431/1997 e nº 1105/2006, ambas Plenário.

2. Encaminhe-se o processo à Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência, tendo em vista a necessidade de ratificação do ato de inexigibilidade de licitação, conforme previsto no art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993.

João Paulo de Araújo

Diretor-Geral em substituição

Ordenador de Despesas por Delegação

Joao Paulo De Araujo - 18/01/2022 18:18:16



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
ASSESSORIA JURÍDICA DA DIRETORIA-GERAL

PARECER Nº 50/2022-AJDG

Ref.: Processo Administrativo Eletrônico nº 247/2022

1. Trata-se de pedido de emissão de nota de empenho, no valor de R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais), em favor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Touros/RN, a fim de atender as despesas com o abastecimento de água do Cartório da 14ª Zona Eleitoral, durante o exercício de 2022.

2. Compulsando-se os autos, percebe-se que não foi possível obter os comprovantes de regularidade fiscal do referido órgão perante o FGTS e a Receita Federal/PGFN (vide fls. 03/04).

3. A informação orçamentária foi prestada (fl.10).

4. Chamada a se pronunciar, a Seção de Licitações e Contratos – SELIC/COLIC por meio da Informação nº 10/2022 – SELIC (fl. 13), sugeriu o enquadramento legal da despesa como inexigível de licitação, nos termos do art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/1993, consoante segue:

[...]

3. Mediante consulta via internet verificamos que a referida empresa é prestadora do serviço público essencial de abastecimento de água e de coleta de esgoto, em regime de monopólio, na cidade de Touros/RN.

4. Em face disso, a contratação sob exame está enquadrada como inexigível de licitação, com fundamento no art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/1993, haja vista haver inviabilidade de competição para a prestação do aludido serviço público.

5. Esta Seção de Licitações e Contratos ressalta ainda que o contrato firmado entre este Tribunal e o SAAE - Touros/RN possui características de contrato de adesão, tendo em vista a natureza do serviço público prestado pela mencionada empresa, razão pela qual este Tribunal tem se limitado a emitir anualmente nota de empenho para atender a essa contratação.

5. Da leitura dos autos é possível inferir que se trata de contratação do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, pelo período de 12 (doze) meses, a fim de atender às necessidades deste Tribunal no que concerne ao abastecimento de água e a coleta de esgoto do imóvel que abriga o Cartório Eleitoral sediado em Touros/RN, cuja fundamentação legal está inserida no artigo 25, *caput*, da Lei nº 8.666/1993:

"Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição [...]."

6. Após o exame das informações e documentos contidos nos autos, em consonância com a Informação nº 10/2022 – SELIC (fl. 13), esta Assessoria entende que a contratação do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação, em virtude de a empresa prestar seus serviços na cidade de Touros/RN em regime de monopólio.

7. Diante das razões expostas, esta Assessoria Jurídica opina pela adoção das seguintes providências:

a) a contratação do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, até o final deste exercício financeiro, a fim de atender às necessidades deste Tribunal no que concerne ao abastecimento de água e a coleta de esgoto do imóvel que abriga o Cartório Eleitoral da 14ª Zona - Touros/RN;

b) a emissão de nota de empenho para atender à despesa, no valor reservado à fl. 10.

8. As providências acima indicadas deverão ser adotadas independentemente da comprovação da regularidade fiscal da empresa, com amparo na Decisão nº 1105/2006-TCU-Plenário, consoante assentado no Parecer nº 48/2020 – AJDG (fls. 10/11).

9. Por fim, o processo deverá ser submetido à apreciação da Presidência deste Tribunal para ratificação da contratação, nos termos do que dispõe o art. 26, *caput*, da Lei nº 8.666/1993.

É o parecer.

Natal, 18 de janeiro de 2022.

Ênio Teixeira Tavares
Analista Judiciário - AJDG

De acordo.
À Diretoria-Geral para apreciação.

Priscilla Queiroga Câmara
Assessora Jurídica da Diretoria-Geral